

PROCESSO - A.I. Nº 269189.0008/00-3
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - AUTO POSTO LINS LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 4ª JJF nº 0526/01
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 15.08.02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0287-11/02

EMENTA: ICMS. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Restou comprovado que parte do imposto exigido já tinha sido objeto de denúncia espontânea antes da ação fiscal. Efetuadas as exclusões pertinentes. Infração caracterizada parcialmente. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Refere-se a Recurso de Ofício interposto pela 4ª Junta de Julgamento Fiscal que, por intermédio do Acórdão nº 0526/01, decidiu pela Procedência Parcial do Auto de Infração em referência.

A autuação diz respeito a exigência fiscal pertinente a imposto lançado e não recolhido relativamente ao período de junho/99 a junho/00, totalizando um débito na quantia de R\$95.711,47. O relatório produzido pelo o Sr. Relator da 4ª JJF assim apresenta-se:

I – Quanto as razões de defesa: “O autuado em sua defesa de fl.31 dos autos impugnou a autuação, alegando a sua improcedência, pois efetiva lançamento tributário do ICMS referente a fatos geradores que foram objeto de Denúncia Espontânea conforme documento anexo. Esclarece que a referida denúncia foi realizada antes da ação fiscal, a qual foi pedido o seu parcelamento e já deferido, onde se observa que os valores lançados no Auto de Infração e na Denúncia são idênticos, motivo pelo qual o mesmo deve ser julgado improcedente, sob pena de duplicidade de cobrança, o que é proibido por lei”.

II – Da informação fiscal pelo autuante: “O autuante à fl. 38 do PAF, face às alegações defensivas, informou que considerando que parte dos valores constantes do Auto de Infração já tinha sido objeto de Denúncia Espontânea, retorna o mesmo para que tais valores sejam excluídos”.

III – A 4ª JJF decidiu a lide com base no seguinte voto: “O fundamento da autuação foi em razão do autuado deixar de recolher nos prazos regulamentares o imposto devidamente escriturado no RAICMS, referente a prestação de serviço de transporte.

O autuado em sua defesa alega que o imposto exigido já tinha sido objeto de denúncia espontânea antes da ação fiscal, fato acatado em parte pelo autuante ao prestar a informação fiscal, o qual deixou de apontar o valor remanescente.

Após examinar as peças que compõem o PAF observei o seguinte:

I – a denúncia espontânea de fl. 33, que totaliza um débito de ICMS no valor de R\$57.401,43, refere-se a fatos geradores do período de junho a dezembro/99 e do mês de janeiro/2000, protocolada na Inspeção Fiscal em 24/02/2000, ou seja, antes da ação fiscal. O valor total das parcelas consignadas no Auto de Infração e que constam do mesmo importam em R\$56.111,19.

II – a outra denúncia conforme alegação do autuado às fls. 25 e 26, reporta-se a fatos geradores do ICMS do período de fevereiro a junho/2000 no valor de R\$39.600,28 e trata-se, em verdade, de um requerimento de parcelamento de débito, a qual foi protocolada pela Inspetoria Fiscal em 17/08/2000, ou seja, após a ação fiscal e faz referência ao presente Auto de Infração, não se constituindo, portanto, em denúncia espontânea.

Levando em consideração os fatos acima, entendo que deva ser excluída da autuação a importância de R\$56.111,19, restando um saldo remanescente de ICMS no importe de R\$39.600,28.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração na importância de R\$39.600,28, conforme discriminação a seguir:

Ocorrência	Vencimento	B. de Cálculo	Alíq.	Valor do ICMS	% de multa.
28/02/2000	09/03/2000	26.493,59	50%	4.503,91	50%
31/03/2000	09/04/2000	45.260,47	50%	7.694,28	50%
30/04/2000	09/05/2000	24.740,06	50%	4.205,81	50%
31/05/2000	09/06/2000	64.883,06	50%	11.030,12.	50%
30/06/2000	09/07/2000	71.565,65	50%	12.166,16	50%
TOTAL				39.600,28	

VOTO

Analisando as peças que integram os autos concluo que não existem reparos a serem feitos na Decisão Recorrida. De fato, o imposto exigido pelo autuante em relação aos meses de junho/99 a janeiro/00 integram a Denúncia Espontânea de Débito nº 035729-0/4, cujo documento está protocolado na INFAZ com data de 24/02/00 antes, portanto, da lavratura do Auto de Infração, conforme atestam os documentos de fls. 33 e 34 dos autos.

Do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente Recurso de Ofício e pela manutenção da Decisão Recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269189.0008/00-3**, lavrado contra **AUTO POSTO LINS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$39.600,28**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “a”, da Lei nº 7014/96, e dos acréscimos moratórios, homologando-se o valor efetivamente recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de julho de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFUZ